

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 1972

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTÔNIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMÍCIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTÔNIO BELINATTI	MDB
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTÔNIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domício Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antônio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domício Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Maurício Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emílio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celéstino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Maurício Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguiinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguiinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguiinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Acipoly Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emílio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lédio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguiinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## DECRETOS LEGISLATIVOS:

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 316-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.681-72, de 22 de maio de 1972, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a Reginaldo Xavier Bittencourt, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 1.º de junho de 1972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de julho de 1972.

(aa) Wilson Fortes — Presidente  
Ivo Thomazoni — 1.º Secretário  
Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 317-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.661-72, de 22 de maio de 1972, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a Wilson Ramos, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 22 de outubro de 1971, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual;

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de julho de 1972.

(aa) Wilson Fortes — Presidente  
Ivo Thomazoni — 1.º Secretário  
Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 318-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.055-72, de 30 de maio de 1972, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a Maria da Luz Azevedo Soares, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 03 de junho de 1972, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de julho de 1972.

(aa) Wilson Fortes — Presidente  
Ivo Thomazoni — 1.º Secretário  
Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 319-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.183-72, de 05 de junho de 1.972, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário, João Maria Campos de Araújo, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de julho de 1972.

(aa) Wilson Fortes — Presidente  
Ivo Thomazoni — 1.º Secretário  
Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 320-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3686-72 de 22 de maio de 1972, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Leny Saboia, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 17 de maio de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de julho de 1972.

(aa) Wilson Fortes — Presidente  
Ivo Thomazoni — 1.º Secretário  
Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 321-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4098-72, de 31 de maio de 1972, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Leny Saboia, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de julho de 1972.

(aa) Wilson Fortes — Presidente  
Ivo Thomazoni — 1.º Secretário  
Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 98.ª Sessão Ordinária

## Realizada em 4 de julho de 1972 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença das seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Santos Lima, e Xenofonte Villanueva. (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Maurício Fruct — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E :

## REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da redação final aos Projetos de Resolução ns. 12-72, 13-72, 15-72, 16-72, 17-72 e Projetos de Lei ns. 57-72 e 43-72.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Milek, funcionário deste Poder Legislativo.

Outrossim, solicita da decisão da Casa, que se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1972.

(a) Erondy Silvério

## Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, que seja destacada da Proposição n. 122-72 — Projeto de Emenda Constitucional — a emenda que lhe foi oferecida, a fim de que esta seja autuada em separado e tenha trâmite autônomo, tudo na forma autorizada pelo Regimento Interno, Art. 134, § 2.º, V.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1972.

(a) João Mansur

## Requerimento

Senhor Presidente:

A liderança do MDB, indica para compor a Comissão que estudará os problemas de acidentes de trânsito na Capital e rodovias, e apresentar sugestões às autoridades, o Deputado Nivaldo Krüger.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1972.

(a) Alvaro Dias

## Requerimento

Senhor Presidente:

Designo, para representar a ARENA na Comissão Especial que vai estudar o problema dos acidentes de trânsito, os Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior e Erondy Silvério.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1972.

(a) João Mansur

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que aquela Corte de Justiça estude a possibilidade da criação do Tribunal de Alçada do Norte do Paraná, com sede em Londrina, na próxima reforma do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado.

Esta reivindicação, que hoje atinge vários setores da região, principalmente dos meios jurídicos, teria o condão de desafogar o intenso movimento de processos que ora se verifica no Tribunal de Alçada de Curitiba. Este último órgão do Poder Judiciário do Estado, apesar de criado recentemente para apreciar recursos inferiores a sessenta salários, já sofre um estrangulamento do serviço, que está provocando a morosidade no julgamento dos feitos.

O Tribunal de Alçadas do Norte do Estado, que seria o segundo no interior do país — pois já existe um em Caruaru, no Estado de Pernambuco conta com a simpatia geral de todas as comunas e, em breve, um levantamento completo do movimento forense da região será entregue pelo professor Lauro Gomes da Veiga Pessoa às autoridades judiciárias do Estado, juntamente com abaixo-assinado de milhares de advogados.

A concretização dessa reivindicação surge, pois, como necessidade premente e de alta valia para todos o serviço jurídico do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1972.

(a) Antônio Belinati

## PROJETOS DE LEI:

## Projeto de Lei n. 113-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a "Guarda Mirim do Bela Vista do Paraíso".

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Rosário Pitelli

## JUSTIFICAÇÃO:

A Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Bela Vista do Paraíso, neste Estado.



tem como finalidade principal o encaminhamento da vida profissional de seus jovens membros, mediante convênio com empresas comerciais, industriais e agrícolas do Município. Presta também aos menores, cuidadosa assistência social, dentária, médica e hospitalar, zelando pelo seu bem estar e saúde, estimulando a criação de campos de diversão e esporte para o seu desenvolvimento. Dirigida pela comunidade de Bela Vista do Paraíso, vem a referida entidade prestando valiosos serviços aos menores, inclusive proporcionando oportunidade para que cada componente se sinta em condições de, paralelamente à sua atividade, continuar com maior incentivo os seus estudos.

Apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Álvaro Dias, primeiro orador inscrito.

(O Sr. Deputado Álvaro Dias declina).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado João Mansur, Líder da ARENA e do Governo nesta Casa, acaba de receber da Assembléia do Rio Grande do Sul através do Deputado Urbano Moraes, uma carta em que aquele Sr. Deputado dá ciência do apoio que Sua Excelência fez à Emenda Constitucional que restabelece a remuneração dos Srs. Vereadores, em todos os Municípios nacionais.

Inicialmente, antes de algum comentário, vou ler a comunicação recebida pelo Líder do Governo. (Lendo):

"Excelentíssimo Senhor Deputado Líder da Bancada da ARENA.

Com o presente estamos encaminhando cópia do teor do telegrama que endereçamos aos Senhores Presidentes do Senado e Câmara Federal, procurando estimular o interesse de Suas Excelências no sentido de ser equacionada a situação dos Vereadores de todo o País, que prestam serviços gratuitamente, às suas respectivas comunidades.

Nossa posição é em favor da tese de que seja concedida remuneração aos legisladores municipais, tendo por base um cálculo percentual sobre os orçamentos de cada município. Entendemos que apenas o critério populacional não reflete perfeitamente as peculiaridades de cada município.

Neste sentido, estamos nos dirigindo a Vossa Excelência, procurando sensibilizá-lo para o problema que poderá, com a união de Deputados Estaduais e Federais, e Senadores — que por prestarem serviços aos seus Estados e ao País têm remuneração —, ser equacionado mediante proposição de emenda constitucional que regula a matéria.

Na expectativa de merecer pronunciamento de Vossa Excelência, revelando sua posição sobre a matéria, e contando com a manifestação dirigida igualmente aos Presidentes da Câmara e do Senado, antecipamos os nossos agradecimentos e apresentamos os nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente

Ass. Deputado URBANO MORAES"

O telegrama tem o seguinte teor, Srs. Deputados. (Lendo):

"Repetidas manifestações estão partindo todos setores vida pública, refletindo premente necessidade ser equacionada situação Vereadores todo País estão prestando serviços suas comunidades sem qualquer remuneração. Este sentido estamos manifestando Vossência posição favor emenda constitucional estabeleça remuneração Legisladores municipais mediante cálculo percentual com base orçamentos respectivos municipais.

Deputado URBANO MORAES — Assembléia Legislativa Rio Grande do Sul".

Realmente, a proposição do Deputado Urbano de Moraes já não é novidade!

Esta Casa, através de abalizadas vozes de quase todos os Srs. Deputados, tem se manifestado favoravelmente ao assunto, porém, é necessário que esta Casa, do simples pronunciamento, passe à ação, que se aprove a proposição no sentido de apoio a uma Emenda que será apresentada no Senado Federal, para restabelecer definitivamente a remuneração a todos os Srs. Vereadores, do território nacional, isto porque, hoje, nem relógio trabalha de graça, e não se justifica que o critério de pagamento dos subsídios dos Srs. Vereadores seja através de índice populacional dos Municípios a que estão obrigados estes pagamentos; muitas vezes, um Município que não tem aquele índice de população é um Município de real importância para o desenvolvimento do País.

Exemplo: Araucária, que vai passar a contar com uma refinaria de petróleo, todos nós sabemos, que através de uma luta conjunta de todo o povo paranaense Governo, Deputados, Vereadores, — a Petrobrás resolveu finalmente localizar a sua refinaria aqui em Araucária. Este município vai ser de extrema importância não só para o Paraná, mas à própria região sul do País. E eu perguntaria: — Este Município, com o progresso, terá assim problemas incalculáveis na sua vida comunitária, e para se acompanhar um progresso de um Município, é preciso que o Poder Público ande ao mesmo passo, à mesma distância e ao mesmo tempo que a iniciativa privada. Neste caso, a Petrobrás embora não sendo de iniciativa privada, estabelecendo ali um complexo industrial, faz-se necessário que o Município de Araucária possa oferecer meios para que aquele Município se desenvolva normalmente, que não traga problemas aquele grande complexo industrial que ali vai se formar e implantar.

Ora, se cresce de importância o Município, os Srs. Vereadores vão ter trabalho dobrado. As sessões não podem ser mais realizadas semanal ou quinzenalmente, deverão ter sessões diárias e o Vereador que é o elo mais próximo de ligação entre o povo e o poder público, então vai ter as suas atividades particulares restritas, não poderá dedicar mais todas as suas horas à sua manutenção, é porque vai dedicar-se ao bem público ao bem comunitário, então, não se justifica que este Vereador não receba subsídio pelo seu trabalho. É evidente que não podemos admitir que um vereador de uma pequena comuna, sem recursos, possa receber a mesma coisa que um Vereador de uma Capital do Estado mas, como a emenda é no sentido de que esta remuneração seja fixada de acordo com o índice percentual no próprio orçamento do município, não vejo razão para esta má vontade de todos contra o Vereador de todas as comunas do território nacional e cujos serviços são inestimáveis, como disse anteriormente e que constitui o elo de ligação entre o povo e o poder público é o Vereador que encaminha às autoridades todos os municípios carentes de assistência do Poder Público, e ele que dedica quase todas as suas horas à comunidade. Não se justifica que trabalhe de graça porque é um desestímulo, é uma incongruência, ninguém pode obrigar ninguém a trabalhar gratuitamente. Isto de dizer que o Vereador presta relevantes serviços à comunidade, isto não adianta nada. Não adianta nada pendurar o retrato do Vereador na Câmara Municipal e

inaugurar depois uma via pública com o seu nome, por prestar relevantes serviços gratuitos ao município e acabar morrendo de fome. Isto não adianta nada: É necessário que se remunere convenientemente os serviços dos homens públicos, para que o povo deles possa exigir, para que o povo, ao encaminhar amanhã uma relação ao Vereador não vá ouvir que ele trabalha de graça, que não tem obrigação de atendê-lo. Necessário se torna esta remuneração; sem nenhum sentido de demagogia, a solicitarmos desta Tribuna, o que poderá ser concretizado através de uma emenda constitucional que levará o nosso apoio. Solicitamos então, ao Líder da Arena nesta Casa, que promova os entendimentos na sua Bancada e também com o Líder do MDB, cujos integrantes acho que não têm pensamento diverso do nosso a respeito do assunto, para que esta Casa uníssona, assine uma proposição de apoio a esta emenda que se pretende oferecer à Constituição brasileira. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. (Pausa). Não se encontrando presente, cedemos a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Muggiati Filho e não havendo mais Deputados inscritos no Grande Expediente, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora de Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de Apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 73-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir uma Ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguelinho. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Com Substitutivo. — Apreciado pelo Substitutivo.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 36-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Apreciado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 43-72, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo concessão de Título de Cidadão Honorário "POST-MORTEM", ao Brigadeiro do Ar. Mario Calmon Eppinghaus. — Parecer favorável da C.C.J. — Apreciado.

2a. Discussão — da Proposição n. 122-72, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, e outros Proposta de Emenda à Constituição dando nova Redação ao Artigo 15.o da Constituição Estadual. — Parecer favorável da C.E. — Apreciado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, solicitando que a Emenda oferecida ao Projeto de Emenda Constitucional — Proposição n. 122-72 —, seja autuada em separado e tenha trâmite autuado. — Apreciado o Requerimento.

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n.º 18-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 111-72, que aprova o Termo Aditivo de Retificação de Cláusulas do Convênio firmado em 25-2-70, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Apreciado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 276-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criado o Girásio Estadual de Herculândia, Município de Umuarama. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Apreciado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 99-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava, ao Município de Pinhão. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Apreciado, artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 108-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Com Substitutivo. — Apreciado.

#### PROJETO DE LEI N.º 108-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para responsabilidade do D.E.R., para fim de conservação e melhoria a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) Wilson Brandão

#### JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa acautelará importantes interesses de municípios progressistas e que almejam, através de conquistas desta natureza, atingir a um desenvolvimento reclamado pelo "rush" de trabalho construtivo do povo paranaense. Evidencia-se, por este conseguinte, uma aspiração à altura de acolhimento por parte do DER, órgão sempre voltado para cometimentos de valia e que tanto o tem credenciado perante a opinião pública de nosso Estado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 108-71.

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Maringá a Ivaiporã".



**PARERECER**

- 1.) — A iniciativa ora em exame se ajusta às exigências contidas no art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.
  - 2.) — Referido projeto não merece reparo, pois, trata-se de mera autorização legislativa.
  - Quarto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.
  - 3.) — Nestas condições, somos pela sua aprovação, obedecido, porém, o substitutivo anexo, tendo em vista a melhor técnica legislativa.
- E o Parecer.
- Sala das Comissões, em 16 de julho de 1971
- (aa) Wilson Brandão — Presidente
- Arthur de Souza — Relator
- Muggiati Filho, Igo Losso, Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior

**PROJETO DE LEI N. 108-71**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**SUBSTITUTIVO GERAL**

**SUMULA:** Autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Maringá a Ivaiporã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

- Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga o Município de Maringá ao de Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí.
- Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em... de... de 1971
- (aa) (Assinatura ilegível) — Presidente
- Arthur de Souza — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PROJETO DE LEI N. 108-71**  
**AUTOR:** Dep. Wilson Brandão

**SUMULA:** Autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Maringá e Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí.

**PARERECER**

Trata-se de autorização legislativa, que o Poder Executivo utiliza se houver conveniência e disponibilidade orçamentária, razão pela qual o nosso Parecer é pela aprovação do Projeto na Forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

- Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971.
- (aa) Leopoldo Jacomiel — Presidente
- Gabriel Manoel — Relator
- Santos Lima e Ovidio Franzoni

**PROJETO DE LEI N. 108-71**

**AUTOR:** Dep. Wilson Brandão

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- 1.) — Objetiva o nobre Deputado Wilson Brandão, com a apresentação do Projeto de Lei ora em exame, autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidabã, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí.
  - 2.) — Referida iniciativa foi objeto de estudos nas ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, tendo recebido pareceres favoráveis com Substitutivo Geral oferecido pela primeira delas.
  - 3.) — A conservação e melhoria que se pretende implantar naquela importante via de escoamento se fazem necessárias, pois, com tal medida muito se beneficiarão os moradores da região, que terão melhoras condições para escoarem as suas safras dos mais variados cereais.
- Em face de tais considerações, opinamos pela aprovação da medida proposta.

- E o parecer.
- Sala das Comissões, em...
- (aa) Lázaro Dumont — Presidente
- Gilberto Carvalho — Presidente
- Antônio Maciel — Hélio Manfrinato — Morsari Neto

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 66-72, de autoria do Dep. Cândido Manoel Martins de Oliveira, fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 66/72**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

- Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), com sede e foro nesta Capital.
- Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em maio de 1972.

a) — Deputado Cândido M. de Oliveira

**JUSTIFICATIVA:**

A "APADEVI" é uma entidade com personalidade jurídica e tem como objetivos: o auxílio e a orientação na educação, reeducação, tratamento médico, manutenção de treinamento e oficinas para profissionalização e aprendizado de trabalhos em geral, visando com isto integrar o deficiente visual na comunidade.

Pelas suas nobres e meritórias finalidades, temos certeza de que este projeto haverá de merecer o apoio e a aprovação da Casa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 66/72**  
**PARERECER**

1. Com o presente projeto de lei pretende o nobre Deputado Cândido M. de Oliveira declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI).
- 2.) As finalidades da entidade são, realmente, das mais nobres e meritórias. A sua fundação, no entanto, data de menos de um ano, o que tem sido motivo para esta Comissão pronunciar-se contrariamente às proposições semelhantes. Examinado, porém, a legislação sobre a matéria, Decreto Federal 50.517, de 2-5-61, e a Lei Estadual n.º 4.399, de 17-8-61, entendemos que não

existe o impedimento anteriormente apontado, pelo que opinamos pela aprovação do projeto.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 7-6-72.

- (aa) Armando Queiroz — Presidente
- Paulo Camargo — Relator
- Emílio Carazzai
- Luiz R. Soares
- Santos Lima
- Ovidio Franzoni
- Cândido M. de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs 12-72, 13-72, 15-72, 16-72, 17-72 e Projeto de Lei n.ºs 57-72 e 43-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Milek, funcionário desta Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de ser estudada a possibilidade da criação do Tribunal de Alçada no Norte do Paraná, com sede em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, designando os Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e Erondy Silvério, representantes da ARENA na Comissão Especial, que deverá estudar o problema dos acidentes de trânsito. — **Ào Departamento Legislativo. — Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, na qualidade de Líder do MDB, indicando o Sr. Deputado Nivaldo Krüger, para compor a Comissão Especial, que estudará os problemas de acidente de trânsito na Capital. — **Ào Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

**REDAÇÃO FINAL** — da Proposição n.º 122-72.

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Resolução n.ºs 12-72, 13-72, 15-72, 16-72, 17-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 255-71, 43-72, 57-72.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 18-72 dos Projetos de Lei n.ºs 276-70, 99-71.

**2.ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.ºs 108-71, 66-72.

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 115-71.

Levanta-se a Sessão.

**REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO N.º 122-72**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Art. 15, da Constituição, face à Emenda n.º 3, à Constituição Federal, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 — A Assembléia Legislativa reunir-se-á anualmente, na Capital do Estado, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro".

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

- a) Antônio Lopes Júnior — Presidente
- a) Luís Roberto Soares — Relator
- a) Cândido Martins de Oliveira
- a) Sebastião Rodrigues Júnior.

**P O R T A R I A S :**

**PORTARIA N.º 206-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.131, de 30 de junho de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

— conceder à Cecília Kurecki Stuart, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 03 de julho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de julho de 1972.

**FAUSTO LUIZ ABRY**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.º 207-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.939, de 28 de junho de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

— conceder à Izabel de Freitas, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 03 de julho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de julho de 1972.

**FAUSTO LUIZ ABRY**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.º 208-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.284-72, de 05 de julho de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

— designar Paulo de Souza Filho, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Serviço Médico, durante o período de férias do Titular.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de julho de 1972.

**FAUSTO LUIZ ABRY**  
Diretor Geral

**PORTARIA N.º 209-72**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.717, de 25 de abril de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

— Tornar sem efeito a Portaria n.º 353-70, de 24 de setembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de julho de 1972.

**FAUSTO LUIZ ABRY**  
Diretor Geral